

ORFEU DE CARAPINHA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA

GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Comissão Editorial da Coleção Várias Histórias

FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA (coordenador)

JEFFERSON CANO – MARGARIDA DE SOUZA NEVES

SUEANN CAULFIELD – RICARDO ANTUNES

Conselho Consultivo da Coleção Várias Histórias

CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA

MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA – ROBERT WAYNE ANDREW SLENES

MICHAEL HALL – SIDNEY CHALHOUB – SILVIA HUNOLD LARA

ELCIENE AZEVEDO

ORFEU DE CARAPINHA
A TRAJETÓRIA DE LUIZ GAMA NA
IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Azevedo, Elciene
Az25o Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. / Elciene Azevedo. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

(Coleção Várias Histórias)

1. Gama, Luiz, 1830-1882. 2. História social. 3. Abolicionistas – São Paulo (cidade). 4. Republicanismo. 5. Relações raciais. I. Título.

CDD - 309.1
326.098161
321.860981

ISBN 85-268-0452-9

301.451

Índices para catálogo sistemático:

1. História social	309.1
2. Abolicionistas – São Paulo (cidade)	326.098161
3. Republicanismo	321.860981
4. Relações raciais	301.451

Copyright © by Elciene Azevedo
Copyright © 1999 by Editora da Unicamp

2ª reimpressão, 2016

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br



COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS

A COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS divulga pesquisas recentes sobre a diversidade da formação cultural brasileira. Ancoradas em sólidas pesquisas empíricas e focalizando práticas, tradições e identidades de diferentes grupos sociais, as obras publicadas exploram os temas da cultura a partir da perspectiva da história social. O elenco resulta de trabalhos individuais ou coletivos ligados aos projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (www.unicamp.br/cecult).

VOLUMES PUBLICADOS

- 1 – ELCIENE AZEVEDO. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.*
- 2 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.*
- 3 – FERNANDO ANTONIO MENCARELLI. *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.*
- 4 – WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*
- 5 – SUEANN CAULFIELD. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).*
- 6 – JAIME RODRIGUES. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).*
- 7 – CARLOS EUGÊNIO LÍBANO SOARES. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).*

- 8 – EDUARDO SPILLER PENA. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.*
- 9 – JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913).*
- 10 – ALEXANDRE LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915).*
- 11 – MAGDA RICCI. *Assombrações de um padre regente. Diogo Antônio Feijó (1784-1843).*
- 12 – GABRIELA DOS REIS SAMPAIO. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial.*
- 13 – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura.*
- 14 – SILVIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA. *As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868).*
- 15 – SIDNEY CHALHOUB, VERA REGINA BELTRÃO MARQUES, GABRIELA DOS REIS SAMPAIO e CARLOS ROBERTO GALVÃO SOBRINHO (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social.*
- 16 – LIANE MARIA BERTUCCI. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo.*
- 17 – PAULO PINHEIRO MACHADO. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).*
- 18 – CLAUDIO H. M. BATALHA, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA e ALEXANDRE FORTES (orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado.*
- 19 – TIAGO DE MELO GOMES. *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920.*
- 20 – EDILENE TOLEDO. *Travessias revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945).*

PRÓXIMO VOLUME

- 21 – SIDNEY CHALHOUB, MARGARIDA DE SOUZA NEVES e LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA (orgs.). *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil.*

“Quero que o mundo me encarando veja,
Um retumbante *Orfeu de carapinha (...)*”
(Luiz Gama, “Lá Vai Verso!”, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, São Paulo, Bentley Júnior, 1904, p. 17)

“No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente. Somente eles terão o poder de selecionar, entre os muitos significados oferecidos pelo nosso conturbado presente, e transmutar alguma parte de nosso processo em seu progresso.”

(E. P. Thompson, *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 53)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma versão revista da minha dissertação de mestrado, que contou com o financiamento do CNPq, e foi defendida no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Unicamp em 25 de março de 1997.

As árduas horas de pesquisa no inóspito Arquivo Geral do Tribunal Judiciário de São Paulo foram amenizadas pela amizade dos funcionários e a boa vontade com que me receberam e me ajudaram — além, é claro, dos cafezinhos e doces de amendoim com os quais o Luís me abastecia. Com Malu, companheira de ofício que tantas vezes atralhei na ansiedade de imediatamente contar a alguém sobre as minhas descobertas, dividi também a carona de todos os dias.

Rodrigo e Brígida me deram bem mais que “casa, comida e roupa lavada” no período em que me abrigaram — e fizeram, com isso, meu exílio em São Paulo bem mais divertido. Mariana também teve de me agüentar por algum tempo, e não podia deixar de agradecer-la pela amizade com que me recebeu.

Luiz Carlos, Mailena, Elcimare, Elcilaine, Elciton, Nonna e Vô Toninho, embora não saibam e mesmo de longe, foram fundamentais para que eu chegasse ao fim deste trabalho, antes que o trabalho desse um fim em mim. Aos meus bons companheiros Gilceli, Mila, Nanô, Simone, Claudinho e Rubinho, Bri e Gustavo: “Tudo ainda é tal e qual/E no entanto nada é igual...”

Foi com Cristiana e Ana Paula, companheiras inseparáveis desde a graduação, que compartilhei todos os altos e baixos deste trabalho, além de muitos outros altos e baixos dos

últimos sete anos da minha vida. Cláudia, Marcelo e Thiago acompanharam todo o percurso com paciência e cuidado, numa convivência intensa. Em momentos diferentes outros amigos estiveram presentes de forma especial: Álvaro, Marco Cícero, Geisa, Marcus Vinícios, Antonio Luigi, Fabiane, Jorge. A Henrique Espada e Cândido Grangeiro devo um agradecimento particular. Os dois, em momentos diferentes do trabalho, deram-me importantes apoios logísticos sem os quais eu estaria em maus lençóis.

Aos professores Robert Slenes e Maria Helena P. T. Machado agradeço a leitura e discussão deste trabalho, cujas sugestões me ajudaram muito. Tanto o meu fascínio por este ofício, quanto pela história de Luiz Gama, nasceram em aulas da professora Maria Clementina Pereira Cunha; a ela devo minhas primeiras lições de história e as primeiras reflexões sobre este trabalho. Sidney Chalhoub, em momentos diferentes, leu a dissertação, e seria desnecessário dizer o quanto de suas lições foi incorporado ao texto.

Sílvia Lara, a orientadora, acompanha meus passos desde o segundo ano da graduação. A competência, seriedade e rigor de sua orientação já foram suficientemente destacados em folhas de agradecimento como esta. Além disso, contudo, queria deixar registrada aqui também a minha gratidão pelo seu entusiasmo e envolvimento, e pela disposição de estar sempre pronta a compartilhar de minhas apreensões e de minhas descobertas.

Enfim, ao Leonardo, a quem só me resta dizer que ao seu lado descobri o significado da palavra companheiro.

Elciene Azevedo
Campinas, outubro de 1998

ABREVIATURAS UTILIZADAS

- AESP** - Arquivo do Estado de São Paulo
- AGTJSP** - Arquivo Geral do Tribunal Judiciário de São Paulo
- CMU - ATJC** - Centro de Memória da Unicamp
- Arquivo do Tribunal Judiciário de Campinas

SUMÁRIO

Prefácio	15
Introdução	19
Capítulo 1	
Ao som da marimba	35
Capítulo 2	
Em meios brancos	79
Capítulo 3	
Um sonho de República	139
Capítulo 4	
O rábula da liberdade	189
Conclusão	265
Fontes e bibliografia	273

PREFÁCIO

São Paulo, novembro de 1869. Um escravo africano, de nome Jacinto, fugira do cativo em Minas Gerais e buscava auxílio para lutar na justiça por sua alforria. Bateu à porta de um certo Luiz Gonzaga Pinto da Gama, que se anunciava em jornais da capital paulista como alguém disposto a “sustentar gratuitamente perante os tribunais, todas as causas de liberdade que os interessados lhe quiserem confiar”. Jacinto alegava que seu cativo era ilegal, pois havia chegado ao Brasil após a lei de 7 de novembro de 1831, que proibira o tráfico negreiro. Do ponto de vista dos senhores de escravos, a lei de 1831 fora coisa “para inglês ver”; Jacinto e seu defensor, porém, mostravam-se dispostos a lutar até o fim para fazer cumprir as leis do Império. Enfrentaram logo um subterfúgio do juiz municipal a quem dirigiram a petição inicial; o meritíssimo argumentou que a referida ação de liberdade deveria ser proposta no município de origem do suposto senhor do africano. Mas o juiz mal acreditou na petição que recebeu em seguida: Luiz Gama reiterava os termos da solicitação anterior, e afirmava que o despacho do juiz era “ofensivo da lei”; prosseguia exigindo que a autoridade cumprisse o seu “rigoroso dever”, porque ele, o defensor do escravo, tinha “coragem e moralidade” para lutar contra o “estúpido emperramento” do magistrado, fazendo com que reformulasse o “fútil despacho”. O juiz municipal, enfurecido, resolveu processar o insolente; além disso, mobilizou amigos poderosos e Luiz Gama acabou demitido de seu humilde emprego público como amanuense da

Secretaria de Polícia de São Paulo. O defensor do negro Jacinto começou assim a sua resposta, estampada em importante jornal da capital da província: “Honro-me com a demissão que acabo de receber...”. Explicava em seguida que o seu crime fora defender Jacinto e outros negros ilegalmente escravizados contra a sanha senhorial e a chicana jurídica.

Luiz Gama é personagem de tirar o fôlego. Filho de fidalgo português e de africana livre, passou a infância com a mãe na Salvador dos anos 1830, década de insurreições escravas e de pânico dos brancos. A africana teve de deixar a Bahia, fugindo da repressão senhorial, e o pai fidalgo acabou vendendo o filho ilegalmente como cativo para cobrir dívidas de jogo. O menino chegou assim a uma loja de compra e venda de escravos na Corte, passando em seguida para as mãos de um sujeito que vivia de vender cativos para fazendeiros do interior paulista. O tal sujeito não conseguiu negociar Luiz Gama, talvez pela reputação de rebeldia dos escravos baianos daquele tempo. O menino ficou na cidade de São Paulo, angariou a simpatia de protetores poderosos, alfabetizou-se, provou que tinha direito à liberdade, instruiu-se ainda mais. No período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a “problema que exigia solução”, Luiz Gama escreveu livro de versos satíricos, tornou-se funcionário público, aderiu ao movimento republicano paulista, editou jornais, aprendeu a advogar na prática do foro e, com a ajuda de uma loja maçônica, colocou todo o conhecimento jurídico que obteve a serviço da causa da liberdade dos escravos. Adotou “a causa dos desgraçados”, sem pretender lucros, sem temer ameaças. Virou legenda.

Uma vida destemida, épica, quase inverossímil naquele Brasil escravocrata, em que a tortura de trabalhadores era ato da rotina de produção. Pesquisar e narrar uma tal personagem é exercício melindroso; torna-se fácil sucumbir ao poder do mito, à força da legenda. Faz tempo que Luiz Gama esperava um historiador, alguém determinado a escarafunchar os documentos de época, a buscá-lo nos jornais, processos judiciais,

documentos oficiais, relatos de memorialistas e no que mais houvesse. O Luiz Gama que emerge do texto de Elciene Azevedo confirma, muita vez corrige e aprofunda, os acontecimentos que lhe fizeram a legenda. Mas há muito mais neste livro. Importa recuperar a experiência do protagonista, os sentidos que deu em vida à sua luta. Ao escrever versos satíricos, Luiz Gama afirmava a existência de uma tradição africana comum aos negros brasileiros, denunciava o preconceito racial, fazia da literatura, enfim, lugar de embate de idéias e de crítica social. Ao abraçar o ideal da república, manteve-se sempre fiel à causa da liberdade dos negros; tentou assim influenciar os rumos do movimento republicano paulista, livrando-o do conservadorismo corcunda em relação à emancipação dos escravos e da timidez no combate à monarquia. Nas ações de liberdade, mostrou-se sempre capaz de uma argúcia jurídica impressionante, esgrimindo argumentos sofisticados e buscando as brechas legais possíveis para beneficiar os cativos. Em todas essas atividades, soube tecer alianças com setores diversos da sociedade — proprietários e famílias importantes da província, juízes e advogados, jornalistas e políticos, estudantes e operários. Nele os escravos puderam ter um aliado incondicional na luta pela alforria, alguém disposto “a sustentar gratuitamente... todas as causas de liberdade”.

Elciene Azevedo mostrou-se à altura da difícil tarefa de contar a história de Luiz Gama. O livro documenta, explica, convence, às vezes comove. Não há como apresentar adequadamente tal livro e a personagem nele narrada nas poucas linhas de um prefácio. Um outro negro do século passado, também crítico e abusado à sua moda, diria que assim é porque tem de ser. Prefácios são curtos; definições demais não prestam. A verdade é que “a melhor definição do amor não vale um beijo de moça namorada”. Vamos, amigo, leia o livro. E beije a namorada.

Sidney Chalhoub
Janeiro de 1999

INTRODUÇÃO

“Rompera o dia, como raros dias em São Paulo.” A tristeza, no entanto, tomava conta da cidade — havia morrido um de seus mais ilustres cidadãos.¹ Logo pela manhã distribuía-se um convite impresso dirigido ao comércio, pedindo o fechamento dos estabelecimentos a partir das 15 horas como manifestação de pesar e convocando os lojistas a render suas últimas homenagens ao morto. Grande número de comerciantes, estabelecidos nas principais ruas da cidade, aderiu a este convite.² O luto podia ser observado nas fachadas dos prédios dos consulados, bem como das sociedades musicais e beneficentes, que exibiam suas bandeiras desfraldadas a meio pau. Desde as 15 horas um grande número de pessoas — a pé ou de bonde — já se dirigia ao Brás, onde residia o finado.³ O povo aglomerava-se nos lugares por onde devia passar o enterro. As famílias disputavam um espaço nas janelas para lhe dirigir seu último adeus. “Nunca houve coisa igual em São Paulo”, ouvia um literato pelas esquinas, e concluía: “Ia sepultar-se o amigo de todos.”⁴

Às 16 horas deu-se início ao cortejo. A banda de música do Corpo de Permanentes abria o préstito. Abrilhan-

¹ Raul Pompéia, “Última página da vida de um grande homem”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 set. 1882.

² *Correio Paulistano*, 26 ago. 1882.

³ *Gazeta do Povo*, 26 ago. 1882.

⁴ Raul Pompéia, op. cit.

tando ainda mais a procissão, os membros das lojas maçônicas e as comissões das mais diversas sociedades desfiliavam com seus estandartes, cobertos de crepe.⁵ O enterro contava ainda com presenças ilustres, advogados, lentes, acadêmicos, magistrados, jornalistas e até mesmo o vice-presidente da província em exercício, o conde de Três Rios.⁶ Ao passar pela ladeira do Carmo, de cruz alçada e formando alas, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios incorporou-se ao cortejo fúnebre. Todo o trajeto até o cemitério que ficava para os lados da Consolação — extremo oposto da cidade — foi feito a pé, para que o caixão fosse um pouco carregado por todos. Cerca de 3 mil pessoas — das aproximadamente 40 mil que habitavam a cidade de São Paulo e suas freguesias⁷ — acompanharam o féretro desde as 16 horas até as 19 horas, quando, enfim, o corpo foi sepultado.⁸

A imprensa paulista noticiou extensamente o séquito que acompanhava o “notável cidadão”. No dia seguinte, *A Província de São Paulo* — um dos jornais de maior circulação na cidade — afirmava solenemente, “jamais esta capital e quiçá muitas outras do nosso país viram mais imponente e espontânea manifestação de dor e profunda saudade de uma população inteira para com um cidadão (...).”⁹

Acontecimento de tal envergadura não passou despercebido também nas folhas do interior e de outras províncias que, trazendo suas primeiras páginas tarjadas de preto, davam a notícia do fato “com palavras repassadas de pesar.”¹⁰

⁵ *Gazeta do Povo*, 26 ago. 1882.

⁶ *A Província de São Paulo*, 26 ago. 1882.

⁷ Em 1886 a população da cidade de São Paulo e suas freguesias rurais era de 47.697 pessoas. Dados dos censos nacionais de 1872 e 1886. Apud Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo: Hucitec, História Social, USP, 1998, p. 33.

⁸ Raul Pompéia, op. cit., *A Província de São Paulo*, 26 ago. 1882.

⁹ *A Província de São Paulo*, idem.

¹⁰ *Gazeta do Povo*, 30 ago. 1882. Esse jornal, durante vários dias após o séquito fúnebre, informou a seus leitores os nomes e as respectivas cidades de um grande número de folhas do interior da província que homenageavam o morto.